



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÃO DA INFRAESTRUTURA - SUCON

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas referentes às novas outorgas e prorrogações antecipadas em ferrovias e em rodovias para o desenvolvimento das atividades de competência regimental da Superintendência de Concessão da Infraestrutura (Sucon), da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Anexo I da Resolução ANTT nº 5.888, de 12 de maio de 2020, da Deliberação ANTT nº 270, de 12 de maio de 2020 e da Portaria Sucon nº 2, de 15 de junho de 2020, na sede da ANTT, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a presente contratação trata de serviço continuado.
- 1.4. Nos termos do art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, a presente contratação trata de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho.
- 1.5. A critério da Administração, a forma de execução poderá ser realizada nos seguintes termos:
- execução do serviço em regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.
- 1.6. A adoção do regime de teletrabalho será notificada pela CONTRATADA ao profissional, por meio escrito ou eletrônico, com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.
- 1.7. A execução das atividades em regime de teletrabalho será definida entre a CONTRATADA e seus empregados e não implicará qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.
- 1.8. A execução das atividades em regime de teletrabalho não poderá ser realizada nas dependências da CONTRATADA.
- 1.9. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que o regime se mostra mais adequado às necessidades do setor, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos, especialmente os acionados por demanda, ao longo da contratação.
- 1.10. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.
- 1.11. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993](#).
- 1.12. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio 2017](#), bem como, tanto quanto cabível, a Resolução da ANTT nº 5.083, de 27 de abril de 2016, e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial aquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização do objeto desta contratação.
- 1.13. A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.
- 1.14. O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes e os postos de trabalho serão distribuídos entre as gerências que compõem a Sucon.
- 1.15. Há ainda que se considerar a interdisciplinaridade entre as gerências para consecução das atividades desenvolvidas pela Sucon, devido ao caráter multifacetado dos estudos, projetos e assuntos demandantes desta, acarretando na necessidade de uma equipe integrada, embricada e intercambiável. Dada a assincronia das atividades inerentes a cada gerência, é de grande valia a facilidade de translação da força de trabalho entre as demandas.
- 1.16. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de apoio técnico, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação.
- 1.17. Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicaria prejuízo técnico e gerencial do objeto.
- 1.18. Os quantitativos foram definidos com base no histórico das ações realizadas no âmbito da Sucon e suas gerências no último ano, assim, como a avaliação das melhores técnicas utilizadas para o desenvolvimento de serviços semelhantes nos demais órgãos e a sistemática e melhores práticas regulatórias para a estruturação de projetos desempenhada pela Sucon.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Sucon tem por atribuição a estruturação de projetos de concessão de infraestrutura rodoviária e ferroviária, desde a fase de estudos até a assinatura do novo contrato.
- 2.2. Nesse sentido, no âmbito de suas inúmeras competências, cabe destacar que estão qualificados pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Governo Federal, os projetos de novas outorgas para 3 (três) novas concessões/subconcessões ferroviárias, prorrogações antecipadas de 3 (três) outras ferrovias, bem como futura relicitação de mais 1 (uma). Estes projetos compreendem cerca de 28 mil km de ferrovia e somam mais de 100 bilhões de investimentos.
- 2.3. No âmbito do setor rodoviário, o PPI qualificou e estão em análise 15 (quinze) projetos para novas outorgas e relicitação de 2 (duas) rodovias. Estes projetos têm um valor de investimento previsto em torno de R\$ 183 bilhões e compreendem cerca de 24 mil km.
- 2.4. A Portaria Sucon nº 2, de 15/06/2020, estabelece as três gerências temáticas da área e uma coordenação de assessoramento e apoio à Superintendência: Gerência de Projetos de Engenharia e Ambiental (Gepen), Gerência de Modelagem Econômico-Financeira (Gemef), Gerência de Estruturação Regulatória (Gereg), Coordenação de Apoio da Sucon (Apsucon).
- 2.5. De acordo com a Resolução nº 5.888 de 12 de maio de 2020, a qual aprova o Regimento Interno da ANTT, à Sucon compete:
- I - atuar na estruturação de outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária, propondo à Diretoria Colegiada as minutas de editais e contratos;
 - II - desenvolver ou acompanhar estudos de viabilidade técnica e econômica de novas outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária;
 - III - propor a realização e acompanhar as Audiências Públicas necessárias à estruturação das outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária;

- IV - propor os membros e participar das comissões de outorga, prestando apoio técnico;
- V - propor à Diretoria Colegiada o aprimoramento dos contratos de concessão em vigência, com base nos estudos para novas concessões;
- VI - realizar o acompanhamento dos processos relativos aos novos projetos de concessão, inclusive durante a realização dos processos de participação e controle social;
- VII - conduzir os processos de prorrogação antecipada dos contratos de parceria, nos termos da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017;
- VIII - articular internamente, bem como junto aos órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas e aos órgãos de controle, a estruturação de novas outorgas da infraestrutura rodoviária e ferroviária;
- IX - acompanhar, monitorar e analisar as atividades referentes às questões socioambientais de novas outorgas;
- X - cooperar com entidades do setor de transporte na elaboração de estudos específicos de viabilidade técnica e econômica, visando à melhoria da modelagem e à proposição de novas outorgas da infraestrutura rodoviária e ferroviária; e
- XI - subsidiar e promover a regulação econômica aplicada a projetos de outorgas para a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços de transportes terrestres.

2.6. Para que a Sucon e suas gerências e/ou coordenações, possam cumprir adequada e tempestivamente suas competências, faz-se mister a contratação de mão de obra exclusiva para prestar apoio técnico às atividades previstas no presente termo de referência.

2.7. Na Sucon, os serviços darão apoio às atividades relativas a novas outorgas e prorrogações antecipadas de ferrovias e rodovias:

- 2.7.1. Na análise técnica e elaboração dos estudos de demanda de transporte ferroviário e rodoviário com as projeções de volume de transporte de cargas e de passageiros previstos para o período das concessões;
- 2.7.2. Na análise técnica e elaboração dos estudos operacionais com identificação da capacidade para as concessões ferrovias e rodovias;
- 2.7.3. Na análise técnica e elaboração dos estudos de engenharia, com estimativa dos investimentos necessários às concessões de ferrovias e rodovias;
- 2.7.4. Na análise técnica e elaboração dos estudos ambientais e de avaliação socioeconômica acerca de impactos das concessões de ferrovias e rodovias;
- 2.7.5. Na análise técnica e elaboração do Plano de Outorga das novas concessões de ferrovias e rodovias;
- 2.7.6. Na análise técnica e elaboração da Modelagem Econômico-Financeira de concessões de ferrovias e rodovias;
- 2.7.7. Na elaboração e revisão de documentos jurídicos de concessões de ferrovias e rodovias, incluindo-se a adequação ao longo das fases dos projetos;
- 2.7.8. Na elaboração de estudos e pesquisas em geral para subsidiar concessões de ferrovias e rodovias;
- 2.7.9. No acompanhamento e organização de cronogramas de projetos de concessões de ferrovias e rodovias.

2.8. Os serviços a serem contratados incidirão sobre os trechos das rodovias e ferrovias federais sob a responsabilidade da ANTT, assim como os trechos sob responsabilidade da ANTT que forem eventualmente contratados, ou nos quais esteja sob análise a concessão de nova outorga ou prorrogação antecipada de rodovia e ferrovia, em data posterior ao início do presente contrato.

2.9. Os serviços descritos neste termo de referência e que constituirão objeto de futura contratação deverão, para todos os efeitos, ser prestados em conformidade com as disposições expressas no edital e seus anexos, o qual regerá a respectiva licitação pública.

2.10. Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar e acessória, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais da Sucon, conforme dispõe a Resolução ANTT nº 5.888/2020, Deliberação ANTT nº 270/2020 e Portaria Sucon nº 2/2021, devendo tais serviços serem prestados de maneira continuada, haja vista sua perene necessidade e os relevantes impactos para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

2.11. O que se almeja é contratar atividades acessórias e subsidiárias, ou seja, não constitui objeto da contratação quaisquer das atividades vedadas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

2.12. Pelo exposto, torna-se evidente que os serviços em questão são essenciais para o desenvolvimento das atividades atribuídas à Sucon, e que a sua não contratação comprometeria a continuidade das atividades conferidas a esta Agência pela [Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002](#), incorrendo em grave impacto no desenvolvimento de novos projetos de outorga de rodovias e ferrovias, bem como as prorrogações antecipadas de ferrovia e rodovia.

2.13. A justificativa e objetivo da contratação também estão detalhados em tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta está descrita nos Estudos Preliminares (constante do Anexo I deste TR), e consiste na execução de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas referentes às novas outorgas e prorrogações antecipadas em ferrovias e em rodovias, no âmbito da Superintendência de Concessão da Infraestrutura (Sucon), para atuação subsidiária aos servidores lotados na superintendência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata

se de serviço comum de engenharia, continuado e com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. Os serviços objeto desta contratação consistem em serviços assessoriais, consistindo de atividades auxiliares aos servidores lotados na Sucon e suas gerências.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Contratação da prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas referentes às novas outorgas e prorrogações antecipadas em ferrovias e em rodovias, no âmbito da Sucon.

5.2. Os requisitos e obrigações necessários para o atendimento da contratação, inclusive as práticas de sustentabilidade ambiental, estão previstos neste termo de referência.

5.3. Abaixo, estão elencadas as principais características da presente contratação:

- As prestações de serviços serão executadas de forma contínua, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

- As práticas de sustentabilidade ambiental estão descritas neste termo de referência;
- Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito neste termo de referência;
- A duração do contrato ocorrerá por 30 (trinta) meses, autorizada uma prorrogação por até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- O regime de execução será do tipo empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, inciso II, alínea b, da Lei nº 8.666/1993;
- O preenchimento dos postos de trabalho por profissionais com formação acadêmica e experiência profissional deve ser compatível com o termo de referência, contratados sob o regime da [Consolidação das Leis Trabalhistas \(CLT\)](#).

5.4. O enquadramento das categorias profissionais a serem empregadas no serviço ocorrerá dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), visto que há disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, consta do Anexo V deste Termo de Referência.

5.5. Ainda, destacamos que será prevista a necessidade de declaração expressa do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Face à especificidade do objeto, não haverá necessidade de vistoria. Todavia, caso a licitante tenha interesse em realizá-la, deverá solicitar o seu agendamento, por meio do telefone 3410-1741 ou via correio eletrônico a ser enviado ao endereço eletrônico sucon@antt.gov.br.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. As atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de apoio técnico, prestados junto aos servidores da ANTT, e deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

7.2. Dessa maneira, a CONTRATADA receberá por meio da fiscalização a distribuição dos trabalhos que deverá executar, ao longo do período, devendo executá-los seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, materializando suas atividades por meio de relatórios técnicos e/ou elaboração de minutas de documentos técnicos e de rotina internos à Agência que integrarão, dentre outras informações, os relatórios mensais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.

7.3. Os relatórios mensais deverão conter registro de todos os trabalhos executados pela equipe alocada no período, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela Sucon e suas gerências e/ou coordenações.

7.4. Em cada relatório mensal, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas e finalizadas no período, considerando: a entrada, etapas de análise e finalização, sendo esta etapa vinculada ao aceite pelo servidor que acompanhou o resultado de cada um dos estudos demandados.

7.5. Para as demandas não concluídas no período, deve ser informada a etapa em que se encontra e o percentual remanescente, considerando o tempo imputado para a mesma e o tempo gasto, até o momento da finalização do relatório mensal.

7.6. Os relatórios técnicos (de análise, de estudos ou de pesquisas), bem como as demais atividades desempenhadas pela equipe mobilizada, constituem o registro das atividades desenvolvidas pela equipe mobilizada e deverão integrar o relatório mensal de atividades.

7.7. Também deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da CONTRATADA, considerando o disposto no Anexo III – Instrumento de Medição do Resultado (IMR).

7.8. As atividades se darão em atendimento às demandas da Sucon e suas gerências e/ou coordenações e serão distribuídas conforme definido pela fiscalização.

7.9. Todos os documentos produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com os prazos estipulados neste TR.

7.10. Os documentos, sejam quais forem, deverão ser entregues à ANTT, por meio de protocolo no SEI ou outro sistema que a ANTT venha a utilizar.

7.11. Para o atendimento do disposto nos itens 7.7 e 7.8, tão logo assine o contrato, a CONTRATADA deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI da ANTT.

7.12. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.666/1993. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual será considerada pelo CONTRATANTE a responsável pela execução dos serviços contratados.

7.13. A empresa estrangeira deverá atender a [Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009](#), do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

7.14. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.15. Na presente contratação não se aplicará a “Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)”, uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face a natureza dos serviços, iminentemente intelectuais, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% (trinta por cento) do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação das mesmas.

8. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS E EQUIPE TÉCNICA

I- Diretrizes gerais

8.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência contemplam o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência regimental da Sucon, devendo observar a verificação quanto ao atendimento aos seguintes itens no mínimo:

- às normas e padrões técnicos correspondentes, identificando inclusive as que não forem eventualmente atendidas;
- às diretrizes e definições estabelecidas nos contratos de concessão e regulamentos da ANTT.

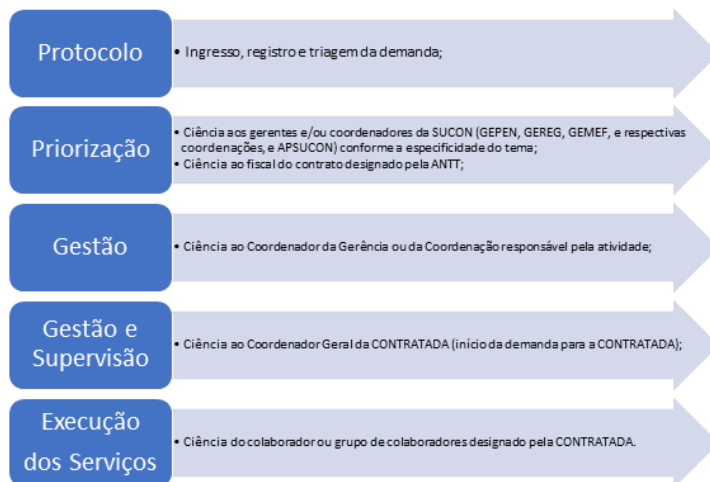
8.2. As atividades propostas se referem às atividades técnicas de estudos e regulação de novas outorgas e prorrogações antecipadas de ferrovias e rodovias na Sucon. A natureza dessas atividades apresenta um entrelaçamento característico entre os conceitos técnicos da ciência da engenharia rodoviária e ferroviária e os princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados aos contratos de concessão.

8.3. Em linhas gerais, as atividades realizadas pelas gerências e/ou coordenações da Sucon, decorrem de tarefas necessárias para estudos para novas outorgas e prorrogações antecipadas de rodovias e ferrovias por meio da aplicação dos normativos vigentes na área ferroviária e rodoviária da ANTT. Ambos estão lastreados em conceitos técnicos inerentes à engenharia rodoviária e ferroviária e apoiados subsidiariamente aos princípios relacionados aos regimentos jurídicos de contratos administrativos na figura de uma concessão bem como à necessária relação econômico-financeira inerente a estes contratos.

8.4. Nessa esteira, considerando que as atividades apresentam maior predominância e proximidade dos conceitos e definições relacionadas à Engenharia Ferroviária e Rodoviária, apoiados subsidiariamente aos princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados aos regimentos de contratos administrativos, entendemos que todos as atividades propostas devam ser classificadas na esfera de engenharia consultiva.

II- Diretrizes a serem seguidas no desenvolvimento das atividades contratadas

- 8.5. As análises deverão ser realizadas segundo as diretrizes e procedimentos definidos pelos normativos da Sufer/ANTT, bem como normativos da Surod/ANTT e eventuais normativos a serem criados da Sucon/ANTT, que impactem nas atividades decorrentes do objeto do presente termo de referência, ou outros que vierem sucedê-los.
- 8.6. Deverá ser emitido relatório técnico para cada atividade executada (ou conjunto de atividades) nos termos de modelo especificado pela ANTT, considerando a especificidade da demanda. Tais relatórios servirão de subsídio para a aferição da qualidade da prestação dos serviços conforme estabelecido no Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR), deste termo de referência.
- 8.7. O referido modelo de relatório técnico será apresentado junto à Ordem de Serviço (OS).
- 8.8. A contratada deverá manter alocada integralmente a equipe técnica mobilizada relacionada neste termo de referência de forma que as atividades a serem produzidas contenham todos os elementos e análises aqui descritos e especialmente de forma a atender os cronogramas planejados/demandados pela ANTT.
- 8.9. Os relatórios mensais apresentarão o desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por apoio técnico, materializando, de forma consolidada as atividades desenvolvidas no período, de modo que não haja perdas ou atrasos que impactem negativamente a gestão dos contratos de concessão, devendo a CONTRATADA, zelar constantemente pela eficiência dos processos, pela produtividade.
- 8.10. O fluxo de trabalho esperado é o seguinte:



- 8.11. Como condição para a emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que também será a ordem de serviço para a mobilização da equipe técnica relacionada neste termo de referência, a CONTRATADA deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e quando da apresentação dos relatórios mensais relativos à primeira medição, deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada, sob pena de, em caso de não apresentação no prazo indicado, incorrer em descumprimento contratual.
- 8.12. Vale observar que, durante todo o tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de coordenador geral que foram objeto da habilitação no processo licitatório.
- 8.13. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/1993.

III- Descrição das atividades

- 8.14. Foi realizado um levantamento em todas as gerências e/ou coordenações da Sucon para mapear as atividades que carecem de apoio técnico especializado. Todas as atividades foram descritas e detalhadas de modo a apresentarem sua motivação, tarefas correlatas e a quantidade e especificação (especialidade e experiência) da mão de obra necessária à prestação do apoio técnico almejado. Este detalhamento de cada uma das atividades é apresentado a seguir.
- 8.15. A estimativa da especialidade e quantidade da mão de obra de apoio necessária à adequada realização de cada uma das atividades apresentadas foi realizada com base na experiência de cada área técnica responsável pela execução das atividades. Desse modo, para determinação da especialidade e nível de experiência exigidos, considerou-se,
- 8.15.1. O nível de complexidade das tarefas que compõe cada atividade;
 - 8.15.2. O nível de responsabilidade exigido para cada atividade; e
 - 8.15.3. O quadro de colaboradores existente e histórico de realização de cada atividade para determinar qual o melhor perfil para aquela execução.
- 8.16. A seguir apresentam-se as atividades previstas para a presente contratação.

Atividade	Atividade 1 – Análise Técnica dos Estudos de Engenharia
Descrição da atividade	A atividade consiste no apoio técnico aos estudos de engenharia de ferrovias e rodovias, incluindo análise de capacidade, definição de investimentos e análise dos projetos, com verificação dos quantitativos e custos.
Motivação	A atividade é necessária para definição e mensuração dos investimentos necessários da operação e atendimento da demanda projetada, com base em estudos, premissas, projetos e respectivos orçamentos.
Tarefas que compõem a atividade	<p>A atividade deve conter, no mínimo, as seguintes tarefas:</p> <p>A) Engenharia Civil - Projetos Apoio na análise e definição das premissas adotadas nos estudos; Apoio na análise/elaboração dos projetos em seus diferentes níveis de detalhamento (conceitual, básico, executivo) e verificação da sua aderência às necessidades de capacidade e melhorias e aos respectivos quantitativos previstos; Apoio na elaboração de planilhas, memoriais de cálculo e relatórios técnicos acerca da análise e elaboração dos produtos; Apoio na análise/definição das especificações técnicas, parâmetros de desempenho, definições dos investimentos nos documentos contratuais (PER, Caderno de Obrigações) e verificação da sua aderência aos estudos. Apoio na análise às premissas e resultados dos investimentos, despesas e custos envolvidos na Concessão.</p> <p>B) Engenharia Civil - Orçamentista Apoio na análise/definição das premissas e custos diretos/indiretos dos orçamentos dos projetos com base em normativos e bases referenciais homologadas.</p> <p>C) Engenharia Ambiental Apoio na análise de estudos ambientais para avaliação dos impactos dos investimentos, condicionantes e passivos, obtenção e acompanhamento de licenciamentos necessários.</p>
M.O. necessária	<p>Para realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de:</p> <p>1.A Engenharia Civil – Projetos (Pleno) – 05 Engenharia Civil – Projetos (Júnior) – 04</p> <p>1.B Engenharia Civil - Orçamentista (Pleno): 03</p> <p>1.C Engenharia Ambiental (Júnior) – 01</p>

Atividade	Atividade 2 – Análise técnica e elaboração de estudos de demanda
Descrição da atividade	A atividade consiste no apoio técnico para a elaboração/análise dos estudos de demanda, com projeção de tráfego, no caso rodovias, e de projeções de volume de transporte de cargas e de passageiros, no caso de ferrovias, previstos para o período da concessão.
Motivação	A atividade é necessária para a projeção de tráfego, e do volume de transporte de carga e de passageiros no período do contrato de concessão, input necessário para a estimativa de receitas, despesas e investimentos que comporão a concessão.
Tarefas que compõem a atividade	<p>A atividade que será desenvolvida deve compreender, no mínimo, as seguintes tarefas:</p> <p>Análise das contribuições da Audiência Pública relativas aos estudos de demanda, elaboração de respostas e justificativas e análise das atualizações necessárias aos Estudos de Demanda.</p> <p>Acompanhamento e análise de estudos de demanda produzidos por consultorias especializadas, identificando e sugerindo ajustes em prol da qualidade e conformidade dos estudos com as melhores práticas. Capacidade de crítica sobre metodologias de projeção de demanda, desde procedimentos de coleta de dados até escolha de rotas e alocação de viagens, métodos estatísticos para determinação de elasticidades do tráfego.</p> <p>Capacidade de analisar cenários de oferta de infraestrutura, do zoneamento, da rede georreferenciada e dos principais atributos da rede, identificando potenciais melhorias ou consequências para os resultados observados.</p> <p>Análise da definição de produtos relevantes e dos agrupamentos dos produtos, da demanda atual e das cadeias produtivas, bem como da matriz origem-destino do ano base (distribuição de viagens), comparando com outras fontes de dados e estudos disponíveis;</p> <p>Análise dos cálculos dos fretes dos modais alternativos por par OD (seleção modal), da calibração do modelo e das alocações das matrizes origem/destino nas redes, verificando a consistência com outras fontes de dados e estudos disponíveis.</p> <p>Análise da demanda potencial e futura; análise da consistência das projeções de demanda com outros estudos disponíveis, incluindo de infraestruturas correlatas e análise da montagem das matrizes OD futuras</p> <p>Apoio na elaboração de simulação de demanda utilizando softwares especializados.</p>
M.O. necessária	<p>Para a realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de profissionais com a seguinte formação:</p> <p>Engenharia - Transportes (Sênior): 02 Engenharia - Transportes (Pleno): 01</p>

Atividade	Atividade 3 – Análise técnica da Capacidade e Operação
Descrição da atividade	A atividade consiste no apoio técnico para a elaboração/análise dos estudos da operação da concessão, com identificação da capacidade e nível de serviço da infraestrutura existente e definição dos investimentos necessários para a sua ampliação e melhoria.
Motivação	A atividade é necessária para a análise da capacidade e nível de serviços atual e necessidade de ampliação para atendimento da demanda/tráfego projetado.
Tarefas que compõem a atividade	A atividade que será desenvolvida deve compreender, no mínimo, as seguintes tarefas, para os diferentes modais: <p>A) Rodovias:</p> <p>Apoio na análise do cadastro e premissas adotadas nos estudos;</p> <p>Apoio na análise dos estudos de tráfego para avaliação do nível de serviço existente, avaliação de seu crescimento e consequente necessidade de intervenções para ampliação da capacidade, com base nos conceitos do Highway Capacity Manual (HCM) e premissas do projeto.</p> <p>Apoio na análise do dimensionamento das intervenções de pavimento e obras decorrentes, para as diferentes fases de manutenção, recuperação, conservação e aumento de capacidade, com base no Programa de Gerência de Pavimentos (HDM-4) e conforme premissas de projeto.</p> <p>Apoio na análise dos requisitos operacionais conforme premissas do projeto.</p> <p>B) Ferrovias:</p> <p>Apoio na análise do cadastro e premissas adotadas nos estudos;</p> <p>Apoio na simulação operacional dos trens com a utilização de software.</p> <p>Apoio o cálculo da capacidade atual da malha, identificação dos gargalos operacionais e definição dos investimentos necessária para atendimento da demanda projetada;</p> <p>Apoio na análise técnica dos investimentos relacionados à operação da ferrovia, como dimensionamento da frota de material rodante, equipamentos e oficinas de manutenção, postos de abastecimento, sinalização de via.</p> <p>Para a realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de profissionais com a seguinte formação:</p> <p>Engenharia Civil - Ferrovia (Pleno): 01</p> <p>Engenharia Civil - Rodovia (Pleno): 01</p>
M.O. necessária	

Atividade	Atividade 4 – Apoio na análise e elaboração modelagem econômico-financeira
Descrição da atividade	A atividade consiste no apoio técnico econômico-financeiro para a elaboração de estudos e pesquisas para subsidiar os processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Motivação	A atividade é necessária em função da necessidade de apoio técnico para a elaboração de estudos e pesquisas relacionados à modelagem econômico-financeira nos processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Tarefas que compõem a atividade	A atividade que será desenvolvida deve compreender, no mínimo, as seguintes tarefas: <p>Apoio na elaboração de estudos e revisões bibliográficas considerando as melhores práticas nacionais e internacionais;</p> <p>Apoio elaboração da modelagem econômico-financeira, incluindo-se realização de cálculos e atualização em planilhas da modelagem e custo de capital ponderado (WACC)</p> <p>Apoio na elaboração de apresentações sobre a modelagem econômico-financeira.</p>
M.O. necessária	Para a realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de profissionais com a seguinte formação: <p>Economia (Sênior): 02</p> <p>Contador (Pleno): 01</p>

Atividade	Atividade 5 – Apoio na análise e elaboração de estudos jurídico-regulatórios para novas outorgas e prorrogações antecipadas de concessões
Descrição da atividade	A atividade consiste no apoio técnico jurídico-regulatório para a elaboração de estudos e pesquisas para subsidiar os processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Motivação	A atividade é necessária em função da necessidade de apoio técnico para a elaboração de estudos e pesquisas relacionados aos processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Tarefas que compõem a atividade	A atividade que será desenvolvida deve compreender, no mínimo, as seguintes tarefas: <p>Apoio na elaboração de estudos e revisões bibliográficas considerando as melhores práticas nacionais e internacionais relativos à regulação em contratos de concessão;</p> <p>Apoio na avaliação de possíveis impactos das propostas de termos aditivos em prorrogações contratuais e novas outorgas;</p> <p>Apoio técnico na análise de contribuições de Audiência Pública</p>
M.O. necessária	Para a realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de profissionais com a seguinte formação: <p>Direito (Pleno): 02</p> <p>Direito (Júnior): 02</p> <p>Economia (Júnior) 02</p>

Atividade	Atividade 6 – Desenvolvimento de temas regulatórios
Descrição da atividade	A atividade consiste no apoio técnico para o desenvolvimento de temas regulatórios e inovações referentes às concessões ferroviárias e rodoviárias.
Motivação	A atividade é necessária para a criação de novos mecanismos de aperfeiçoamento das concessões ferroviárias e rodoviárias.
Tarefas que compõem a atividade	A atividade que será desenvolvida deve compreender, no mínimo, as seguintes tarefas: Apoio técnico na elaboração de documentos e apresentações para reuniões internas e externas; Apoio na elaboração de estudos e revisões bibliográficas considerando as melhores práticas nacionais e internacionais relativos à regulação em contratos de concessão; Apoio na avaliação de possíveis impactos das propostas de termos aditivos em prorrogações contratuais e novas outorgas; Avaliação de possíveis impactos na Superintendência, mercado regulado e à coletividade, das regulamentações na Agenda Regulatória; Apoio técnico na proposição de Minuta de Resolução e de projetos para a Agenda Regulatória.
M.O. necessária	Para a realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de profissionais com a seguinte formação: Economia (Júnior): 01 Direito (Pleno): 02 Direito (Júnior): 01

Atividade	Atividade 7 – Apoio Técnico, Jurídico e Administrativo
Descrição da Atividade	A atividade consiste no apoio técnico, jurídico e administrativo à assessoria para gerenciamento das rotinas da Superintendência.
Motivação	Tal atividade se faz necessária em função da necessidade de apoio para gerenciamento das rotinas da Superintendência.
Tarefas que Compõem a Atividade	A atividade que será desenvolvida deve compreender no mínimo as seguintes tarefas: Apoio no gerenciamento de processos no sistema SEI, participação em reuniões técnicas de acompanhamento de projetos; Apoio na elaboração de documentos técnicos, subsídios jurídicos a processos judiciais, análise de processos em geral e apresentações para reuniões internas e externas; Revisão de texto, formatação e de elementos técnicos de coesão e semântica de respostas e laboradas na Superintendência; Apoio no registro de entrada e saída de documentos, na análise de minutas, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para as respostas; Suporte técnico nas respostas às demandas relacionadas da Ouvidoria, Auditoria Interna, Procuradoria, ASPAR, ASCOM, Diretoria ou outras áreas da ANTT, CGU/TCU, MINFRA, SIC, Concessionárias, etc.; Apoio no acompanhamento de prazos de metas de projetos e reporte do status dos prazos à Superintendência, acerca de Planejamento Estratégico, Agenda Regulatória, Plano de Gestão Anual, Gestão de Riscos, entre outros; Para realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de:
M.O. Necessária	Profissional de nível superior (Sênior): 02 Direito (Pleno): 02 Administrativo Auxiliar: 04

Atividade	Atividade de Coordenação
Descrição da Atividade	Coordenação geral da prestação dos serviços, para garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.
Motivação	
Tarefas que Compõem a Atividade	A atividade que será desenvolvida deve compreender no mínimo as seguintes tarefas: Elaborar os relatórios mensais e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência; Realizar as tratativas com os representantes da Administração e deverá estar lotado continuamente na sede da ANTT, durante a execução dos serviços; Supervisionar todas as atividades, de forma a controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe alocada.
M.O. Necessária	Para realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de: Coordenador: 01

IV-Formato dos Relatórios.

8.17. Os Relatórios mensais deverão observar a norma culta da língua portuguesa e conter em sua estrutura básica, no mínimo, os tópicos a seguir:

I - Capa e Contracapa;

II - Índice;

III -

Caracterização do Apoio Técnico, contemplando a relação de profissionais alocados, por formação e nível de experiência, conforme definido no quadro da equipe técnica mobilizada;

IV - Documentos Administrativos;

V - Cronograma Físico-Financeiro;

VI - Comentários.

8.18. Além do conteúdo descrito acima, deverão ser anexados os relatórios técnicos produzidos no período, com a identificação e assinatura dos técnicos que participaram de sua elaboração, com um quadro resumo da identificação do processo administrativo, descrição do assunto, tipo de documento, resultado da análise, prazo demandado para a análise, dentre outras informações, conforme modelo apresentado por ocasião da Ordem de Serviço.

I - Coordenação dos Serviços

8.19. A coordenação geral da prestação dos serviços será exercida pelo coordenador geral, cuja atribuição será garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.

8.20. Compete ao coordenador geral elaborar os relatórios mensais e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência.

8.21. O coordenador geral deverá ser o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração e deverá estar lotado continuamente na sede da ANTT, durante a execução dos serviços.

8.22. O coordenador geral acumulará as posições de coordenação geral e de preposição da contratada ante à ANTT.

8.23. Todas as atividades serão supervisionadas diretamente pelo coordenador geral, sendo que suas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das atividades, perante à equipe alocada.

8.24. A equipe técnica alocada em cada gerência responderá hierarquicamente ao Coordenador Geral, que será demandado pelas Gerências e/ou Coordenações da Sucon, competentes para elaboração das tarefas previstas em cada uma das atividades.

I - Equipe Técnica Mobilizada

8.25. A composição da equipe mobilizada foi estimada com base em dados históricos de demandas, em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na ANTT.

8.26. Entretanto, é de responsabilidade da CONTRATADA, para atender às demandas expressas para cada uma das atividades, buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas dispostas neste termo de referência e seus anexos.

8.27. Assim, em até 10 (dez) dias a contar da assinatura do Contrato, deverá ser emitida a Ordem de Serviço para o início da prestação dos serviços contratados.

8.28. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 10 (dez) dias, a CONTRATADA deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

8.29. Os serviços contratados serão prestados nos dias de expediente administrativo na ANTT, dentro do horário das 07h00 às 20h00.

8.30. A CONTRATADA deverá zelar para que seus colaboradores observem a carga horária autorizada, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ao longo dos 5 (cinco) dias úteis da semana, de forma a que não extrapolem tal jornada.

8.31. Nos termos do disposto no item d.1.3. do anexo V da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, nessa contratação será admitida a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

8.32. Tratando-se da equipe mobilizada, eventuais autorizações para realizações de trabalho fora da sede da ANTT deverão ser objeto de autorização excepcional, devendo a CONTRATADA registrar tal solicitação com a devida antecedência, cabendo a fiscalização a avaliação da sua conveniência.

8.33. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções objeto de habilitação no processo licitatório.

8.34. A CONTRATADA deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.

8.35. Neste sentido, caberá o cumprimento de, no mínimo, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

8.35.1. Para as atividades relacionadas à coordenação geral, exige-se profissional sênior (PO) com experiência profissional mínima comprovada de 10 anos no planejamento e gestão de empreendimentos na área ferroviária e rodoviária, envolvendo coordenação de equipes de gerenciamento, projetos ou supervisão.

8.35.2. Para as demais atividades relacionadas, pela natureza das atividades desenvolvidas no âmbito da Sucon e o modelo descentralizado da prestação do serviço proposta, os postos de trabalho poderão realizar qualquer uma das tarefas previstas para as atividades inerentes a cada especialidade.

8.36. Isso posto, o quadro abaixo apresenta os quantitativos e tipos de profissionais que serão necessários para realizar todas as tarefas previstas no presente termo de referência.

Profissionais requeridos

Alocação	Formação/Atividade	Qualificação	Quantidade
Coordenador	Coordenador (CBO 2142-05)	Experiência >10 anos	1
Profissional Auxiliar	Profissional de Nível Superior (CBO 4110-10)	-	4
Profissional Júnior	Bacharel em Direito (CBO 2611-25)	Experiência > 2 anos	3
Profissional Júnior	Economista (CBO 2512-05)	Experiência > 2 anos	3
Profissional Júnior	Engenheiro Ambiental (CBO 2140-05)	Experiência > 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Civil – Projetista (CBO 2142-05)	Experiência > 2 anos	4
Profissional Pleno	Bacharel em Direito (CBO 2410-05)	Experiência > 5 anos	6
Profissional Pleno	Engenheiro Civil - Transportes (CBO 2142-05)	Experiência > 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil - Rodovias (CBO 2142-05)	Experiência > 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil - Ferrovias (CBO 2142-05)	Experiência > 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil – Orçamentista (CBO 2142-05)	Experiência > 5 anos	3
Profissional Pleno	Engenheiro Civil – Projetista (CBO 2142-05)	Experiência > 5 anos	5
Profissional Pleno	Contador (CBO 2522-10)	Experiência > 5 anos	1
Profissional Sênior	Profissional de Nível Superior (CBO 4101-05)	Experiência > 8 anos	2
Profissional Sênior	Economista (CBO 2512-05)	Experiência > 8 anos	2
Profissional Sênior	Engenheiro Civil - Transportes (CBO 2142-05)	Experiência > 8 anos	2
TOTAL			40

8.37. O quadro abaixo apresenta as competências que não seriam naturalmente consideradas como inerentes à formação acadêmica ou que mesmo o sendo, julgou-se prudente enfatizar, face a sua importância à prestação adequada dos serviços. Por óbvio que as competências inerentes às formações exigidas também devem compor o perfil profissional dos postos de trabalho. Com vistas a assegurar que os ocupantes dos postos de trabalho previstos acima tenham suficiente aptidão e preparo para a realização das atividades que compõem os serviços de apoio técnico requeridos, e também para que possam realizá-los com a devida qualidade, atenção, zelo e rendimento, são apresentados a seguir os requisitos fundamentais dos trabalhadores em termos de conhecimentos, habilidades e perfil pessoal.

Competências Requeridas

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Coordenador - Coordenador-Geral (CBO 2142-05)	1	Gestão de Projetos Gestão de Equipes Engenharia Concessões de Infraestrutura Redação Oficial Noções de Economia da Regulação Noções de Direito Regulatório	Gerenciar equipes, processos e projetos Elaborar relatórios técnico-gerenciais Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho Controlar a qualidade dos produtos desenvolvidos Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Liderança, Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Visão estratégica, Relacionamento Interpessoal, Negociação, Integridade e Trabalho em Equipe.

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Economista Sênior (CBO 2512-05)	2	Finanças empresariais Análise de demonstrativos contábeis Economia da Regulação Redação Oficial Noções de Contabilidade Noções de Defesa da Concorrência	Operar o Excel em nível avançado (no mínimo) Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo) Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Economista Júnior (CBO 2512-05)	4	Economia da Regulação Redação Oficial Noções de Contabilidade Noções de Defesa da Concorrência	Elaborar Relatórios Técnico-Administrativos Analisar processos e propor encaminhamentos Produzir minutas diversas (ofícios, relatórios, instrumentos normativos, como minutas de Deliberação, Portaria, Resolução, etc.) Verificar cumprimento de obrigações contratuais e normativas Analisar Indicadores Operar o Excel em nível intermediário (no mínimo) Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo) Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Contador Pleno (CBO 2522-10)	1	Finanças empresariais Análise de demonstrativos contábeis Redação Oficial Noções de Defesa da Concorrência	Operar o Excel em nível avançado (no mínimo) Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo) Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Bacharel em Direito - Pleno (CBO 2410-05)	6	Arcabouço legal e normativo do setor ferroviário e do setor rodoviário brasileiro Direito Administrativo e Regulatório Regulação de setores de infraestrutura Redação Oficial	Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo) Analisar recursos administrativos Produzir instrumentos normativos, como minutas de Resolução, Deliberação, etc. Propor melhorias aos Contratos de Concessão de Ferrovias e de Rodovias Avaliar contribuições apresentadas em processos de participação e controle social – PPCS Implementar as contribuições aceitas em PPCS nos respectivos instrumentos normativos ou de outorga Construir manifestações sobre proposições legislativas Gerenciar projetos e processos Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Bacharel em Direito - Júnior (CBO 2611-25)	2	Arcabouço legal e normativo do setor ferroviário e do setor rodoviário brasileiro Direito Administrativo e Regulatório Regulação de setores de infraestrutura Redação Oficial	Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo) Avaliar contribuições apresentadas em processos de participação e controle social – PPCS Implementar as contribuições aceitas em PPCS nos respectivos instrumentos normativos ou de outorga Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Profissional de Nível superior – Sênior	2	Conhecimento sobre a ANTT (equipe, funções, departamentos, responsabilidades, prazos, hierarquia) Conhecimento sobre o funcionamento das comissões de outorga de infraestrutura Noções de administração Redação Oficial Noções de secretariado Noções de Direito Administrativo Noções de gestão de projetos	Operar as seguintes ferramentas em nível intermediário (no mínimo): SEI (Sistema Eletrônico de Informações) Pacote office (Word, Excel, Outlook, etc.) Elaborar Relatórios Gerenciais e Administrativos Analisar processos e propor encaminhamentos Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho Construção, elaboração e acompanhamento de indicadores, plano de atividades e matriz de riscos	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Auxiliar Administrativo	4	Conhecimento sobre a ANTT (equipe, funções, departamentos, responsabilidades, prazos, hierarquia) Redação Oficial Noções de Secretariado Redação Oficial	Operar o pacote Office em nível Intermediário: SEI (Sistema Eletrônico de Informações) Pacote office (Word, Excel, Outlook, etc.) Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Civil Projetista – Pleno (CBO 2142-05) Atividade <u>1.A</u>	5	Capacidade técnica na análise/elaboração de estudos e projetos de engenharia de infraestrutura de transportes (ferroviários e/ou rodoviários) nas mais diversas disciplinas (estudos <u>preliminares</u> , geometria, drenagem, terraplenagem, superestrutura, orçamento). Capacidade técnica na análise/definição de premissas operacionais baseadas nas características específicas no projeto e análise da capacidade e nível de serviço da via. Capacidade técnica de análise/definição de especificações técnicas e parâmetros de desempenho para Infraestrutura.	Operar as seguintes ferramentas em nível mínimo intermediário: Pacote Office; (obrigatório) <u>Autocad</u> /Civil 3D (obrigatório) Obrigatória experiência profissional na elaboração/análise de projetos e/ou acompanhamento/fiscalização de obras de infraestrutura de transportes (rodoviária/ferroviária) Desejável experiência em concessões de infraestrutura e conceitos de regulação	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Civil - Transportes Pleno (CBO 2142-05) Atividade 3	2	Atividade 3. A Conhecimento em estudos de tráfego e conceitos relativos ao nível de serviço de rodovias com base nos conceitos do Highway <u>Capacity</u> Manual (HCM) Conhecimento em dimensionamento de intervenções de pavimento e diferentes fases de concessão rodoviária (manutenção, recuperação, conservação) Conhecimento em conceitos operacionais de rodovias Atividade 3.B Conhecimento sobre operação ferroviária, metodologias de avaliação de capacidade (<u>Colson</u>), simulações operacionais, definição de investimentos para ampliação da capacidade.	Operar as seguintes ferramentas em nível mínimo intermediário: Pacote Office; (obrigatório) <u>Autocad</u> /Civil 3D (obrigatório) Atividade 3.A - Rodovias Programa de Gerência de Pavimentos (HDM-4) Desejável experiência em concessões de infraestrutura e conceitos de regulação. Atividade 3.B - Ferrovias Software de simulação operacional (Arena, <u>Rail Traffic Controller</u> - RTC ou similar) Desejável experiência em concessões de infraestrutura e conceitos de regulação	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe
		Conhecimento em conceitos, estudos e <u>projetos sobre</u> : A) Ferrovia (geometria, superestrutura, materiais, sinalização); B) Operação (velocidade de percurso, tempos de ciclo, seções de bloqueio, frota de material rodante); C) Manutenção (equipamentos e atividades de manutenção, oficinas); D) Regulação (indicadores de desempenho, parâmetros técnicos).		

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Ambiental - Junior (CBO 2140-05) Atividade 1.C	1	Projetos e concessões de infraestrutura Procedimentos e requisitos para obtenção de licenciamentos ambientais Passivos, condicionantes e possíveis soluções de mitigação de riscos ambientais Interferências Arqueológicas, Indígenas, Quilombolas e etc.	Desejável experiência na análise de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos junto às comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto à FUNAI e demais intervenientes relacionados aos povos indígenas e às comunidades tradicionais. Desejável experiência profissional em concessões de infraestrutura e conceitos de regulação.	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Civil Orçamentista – Pleno (CBO 2142-05) Atividade 1.B	3	Elaboração e/ou análise de orçamento de projetos de infraestrutura rodoviária e/ou ferroviária (Planilha de Quantitativos e Preços - PQP, Composições de Custos Unitários – CCU, Benefícios de Despesas Indiretas - BDI, Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI). Metodologias e sistemas referenciais homologados (SICRO, SICFER, SINAPI) Conceitos de custos e investimentos, (CAPEX, OPEX, DEESPESAS, IMPOSTOS, VPL)	Operar as seguintes ferramentas em nível avançado: Pacote Office; Sistema Compur Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de orçamentos de projetos de infraestrutura de transportes (rodoviária/ferroviária).	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Civil Projetista – Júnior (CBO 2142-05) Atividade 1.A	4	Capacidade técnica na análise/elaboração de estudos e projetos de engenharia de infraestrutura de transportes (ferroviários e/ou rodoviários) nas mais diversas disciplinas (estudos preliminares, geometria, drenagem, terraplenagem, superestrutura, orçamento).	Operar as seguintes ferramentas em nível mínimo intermediário: Pacote Office; (obrigatório) Autocad/Civil 3D (obrigatório) Desejável experiência profissional em elaboração/análise de projetos, acompanhamento/fiscalização de obras de infraestrutura de transportes (rodoviária/ferroviária).	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Civil - Transportes Pleno (CBO 2142-05) Atividade 2	1	Capacidade de crítica sobre o processo de projeção de demanda de carga em ferrovias e/ou de tráfego em concessões rodoviárias, desde a realização de pesquisas em campo, à calibragem da rede de tráfego, projeção por elasticidade-PIB ou modelo 4 tapas. Capacidade de identificar cenários críticos para demanda de projetos de infraestrutura, elaborando cenários de sensibilidade para os estudos. Simulação macroscópica de tráfego; Planejamento de transporte Análise de dados utilizando software estatístico Análise rotas de fuga Elasticidade-preço do tráfego	Analisar processos e propor encaminhamentos Construção, elaboração e acompanhamento de indicadores, plano de atividades e matriz de riscos	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe

		Conhecimento Desejável: Sobre a análise do nível de serviço para rodovias e/ou ferrovias, com o intuito de identificar pontos de aprimoramento ou de riscos dos estudos, e subsidiar a elaboração de melhorias junto à equipe de estudo operacional;	
--	--	--	--

POSTO DE TRABALHO	QTDE.	CONHECIMENTOS	HABILIDADES TÉCNICAS	COMPORTAMENTOS PESSOAIS
Engenheiro Civil - Transportes Sênior (CBO 2142-05) Atividade 2	2	Capacidade de crítica sobre o processo de projeção de demanda de carga em ferrovias e/ou de tráfego em concessões rodoviárias, desde a realização de pesquisas em campo, à calibragem da rede de tráfego, projeção por elasticidade-PIB ou modelo 4 tapas. Capacidade de identificar cenários críticos para demanda de projetos de infraestrutura, elaborando cenários de sensibilidade para os estudos. Simulação macroscópica de tráfego; Planejamento de transporte Análise de dados utilizando software estatístico Análise rotas de fuga Elasticidade-preço do tráfego	Analisar processos e propor encaminhamentos Construção, elaboração e acompanhamento de indicadores, plano de atividades e matriz de riscos Experiência sênior em análise e elaboração de estudos de tráfego/demanda em projetos rodoviários ou ferroviários	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe
		Conhecimento Desejável: Sobre a análise do nível de serviço para rodovias e/ou ferrovias, com o intuito de identificar pontos de aprimoramento ou de riscos dos estudos, e subsidiar a elaboração de melhorias junto à equipe de estudo operacional;		

8.38. A metodologia utilizada para o dimensionamento da equipe que resultou nos 40 postos de trabalho descritos, assim como nos níveis de experiência solicitados, está descrita na Nota Técnica com o “memorial descritivo do planejamento da contratação”, que também compõe os artefatos de planejamento da contratação.

8.39. Em linhas gerais, a escolha dos tipos de profissionais especificados, tal qual suas qualificações, foram estabelecidas com base nas atividades descritas nas tabelas acima, considerando ainda fatores qualitativos e quantitativos da mão de obra já disponível, assim como a disponibilidade orçamentária para a presente contratação.

8.40. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo conselho profissional competente.

8.41. O tempo de experiência de cada profissional será submetido à avaliação curricular (modelo de currículo sugerido no Anexo IV) e demais comprovantes de sua experiência, como por exemplo: registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.42. A ANTT disponibilizará, para o desenvolvimento das atividades, mobiliário e infraestrutura de telefonia fixa e computadores, quando o trabalho for realizado de forma presencial na sede da ANTT.

8.43. Quando estabelecido pela Administração que a execução das atividades se dará em regime de trabalho remoto, fica a CONTRATADA responsável por disponibilizar mobiliário e infraestrutura de telefonia fixa e computadores aos seus empregados.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. As atividades deverão ser desenvolvidas na sede da ANTT em Brasília/DF, possibilitando a realização do gerenciamento e manutenção das informações técnicas e administrativas necessárias para o assessoramento técnico no atendimento as demandas deste Termo de Referência. Para tanto, a equipe técnica multidisciplinar mobilizada deverá ser equipada com as seguintes ferramentas computacionais a serem fornecidos pela CONTRATADA aos seus colaboradores, durante a prestação de serviços:

SOFTWARE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DA FUNCIONALIDADE
ArcGis	1	O programa promove a realização de geoprocessamento bem como análises de arquivos geoprocessados no âmbito dos projetos, inclusive útil às avaliações da Gerência de Projetos de Engenharia e Ambiental (Gepen) da Sucon, tendo em vista a diversidade de mapeamentos e zoneamentos realizados por intermédio de sistema de informações geográficas.
@Risk	1	É um plug-in do Excel para que se possa realizar a análise de riscos com base na simulação de Montecarlo. Essa ferramenta é fundamental para avaliação do contingenciamento de recursos decorrente de riscos de um projeto.

Nota: (1) Ao longo do contrato, as licenças devem estar com as atualizações.

9.1.1. A empresa deverá dispor, por ocasião da futura contratação, dos recursos computacionais e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

9.2. As soluções tecnológicas acima listadas visam dar condições de análise e elaboração de estudos técnicos para as novas outorgas de infraestrutura, incluindo aqui as prorrogações antecipadas de contratos.

9.3. A ANTT disponibilizará, para o desenvolvimento das atividades, mobiliário e infraestrutura fixa de telefonia e computadores, quando o trabalho for realizado de forma presencial na sede da ANTT.

9.4. Não haverá necessidade de produção de material gráfico.

9.5. Os profissionais integrantes da equipe técnica mobilizada deverão ter habilidade para o pleno uso das ferramentas constantes do quadro descrito no item 9.1, cabendo, se for o caso, à CONTRATADA prover a sua capacitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras;

10.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa - IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, especialmente:

- A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração, entre 07h00 e 20h00, e a carga horária autorizada, de 44 (quarenta e quatro) horas ao longo dos 5 (cinco) dias úteis da semana.; Firmar acordo individual com o empregado (art. 59, §6º, da CLT c/c Súmula nº 85 do TST), para que possa haver jornadas pouco superiores a 8 (oito) horas diárias, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de segunda a sexta-feira.

11.4. Não compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis na presente contratação para execução simultânea de outros contratos;

11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;

11.8. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.9. A empresa contratada, em atendimento ao disposto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:

- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cada
- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

- Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
- Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.12. Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

11.14. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou pre como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

11.15. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento;

11.16. Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

11.17. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;

11.18. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.21. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.22. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.23. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

11.24. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

11.25. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem sanções cabíveis;

11.26. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas;

11.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.30. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.31. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006;

11.32. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência da situação de vedação.

11.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

- 11.34. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.35. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 11.36. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.37. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.38. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.39. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.40. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.
- 11.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13 de 2015.
- 11.42. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 11.43. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.44. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de m
- 11.45. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
 - Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
 - Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 11.46. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços
- 11.47. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.48. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 11.49. Providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/1977 e nº 12.378/2010);
- 11.50. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 11.51. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados em desconformidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 11.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros;
- 11.53. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência;
- 11.54. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato;
- 11.55. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.56. Satisfazer todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas. As discrepâncias que porventura ocorram devem ser comunicadas à Fiscalização com a devida oportunidade;
- 11.57. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação;
- 11.58. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da ANTT, as concessionárias e seus contratados e a opinião pública em geral;
- 11.59. Fazer-se presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral da Equipe Técnica;
- 11.60. Manter atualizados seus dados cadastrais na ANTT;
- 11.61. A CONTRATADA deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU, e além disso:
- Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont;
 - Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;
 - Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 257/1999;
 - Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental e estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.
- 11.62. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o representante da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATADA na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, q no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

14.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

I - No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição n
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, dev
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

II - Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

III - Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

IV -

Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categ
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.7.

A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no inciso IV acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 14.6. acima deverão ser apresentados.

14.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil - RFB.

14.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

I - Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria- CCT para cada um dos profissionais alocados;
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
- g) Nas vistorias em campo, quando houver, obrigatoriamente, deverá a CONTRATADA fornecer aos seus empregados os EPI necessários, como por exemplo: coletes refletivos, capacete e botas
- h) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e inscrição no C
 - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATA
 - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

II - Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito - CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666/1993.

III - Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao coordenador. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao coordenador;
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo jornada de trabalho.

14.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.16. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

14.17. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.18. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.19. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços.

14.20. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR, conforme modelo previsto no Anexo III ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos

indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.21. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.22. Cabe à Coordenação da CONTRATADA, informar à fiscalização eventos que impeçam ou dificultem o cumprimento dos prazos padrão estabelecidos.

14.23. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.24. O fiscal técnico deverá apresentar ao coordenador a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.25. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.26. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.27. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.28. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.29. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.30. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.31. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.32. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.33. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

14.34. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

14.35. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.36. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.37. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.38. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

14.39. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.40. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

14.41. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- a) A fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- b) Caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato;
- c) Recebendo a notificação da fiscalização, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

14.42. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.43. Os servidores designados para o cumprimento da fiscalização deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.44. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.45. Na hipótese de comportamento contínuo da produtividade insatisfatória da prestação do serviço devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.46. A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, todavia a avaliação da produtividade ocorrerá mensalmente com base nas informações constantes no Relatório Mensal, para cada uma das atividades.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)

15.1. A aceitação e pagamento de cada parcela mensal, ou por demanda, estão condicionados ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente do atendimento das demandas solicitadas no período, o que será objeto da avaliação de desempenho.

15.2. O prazo de entrega dos relatórios mensais contendo as atividades realizadas no mês anterior é de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.

15.3. Os relatórios mensais relativos ao último mês de vigência do contrato, deverão ser entregues no seguinte cronograma:

- No 30º (trigésimo) dia do mês de execução, no formato definitivo.

15.4. Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebidos, quando considerados adequados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.5. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.6. O prazo para a avaliação e o recebimento dos relatórios é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir de sua entrega.

15.7. Aos relatórios relativos ao último mês de vigência contratual tratados neste tópico, caberão a análise em até 5 (cinco) dias úteis.

15.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.9. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.11. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

15.12. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.16. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no IMR, ou instrumento substituído.

15.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

15.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.19. Os relatórios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da licitante vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.20. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório mensal, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

15.21. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado a aprovação de todos os relatórios mensais, no curso da vigência contratual e não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

15.22. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.23. Somente com o recebimento (aprovação/aceitação) do relatório mensal e do recebimento dos relatórios decorrentes das demandas eventuais, poderá o fiscal autorizar a emissão Nota Fiscal/Fatura.

15.24. No caso das atividades eventuais solicitadas por demanda, a entrega e aprovação dos relatórios correspondentes, autorizará a emissão da correspondente Nota Fiscal/Fatura.

16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento do serviço será feito em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.

16.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço a ser comunicada pela fiscalização, conforme este Termo de Referência.

16.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período de prestação dos serviços;

- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.9. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.11. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

16.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.17. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

16.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.20. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.21. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo eq (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.22. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.23. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.24. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 1 de novembro de 1987.

16.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
 - EM = Encargos moratórios;
 - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.
 - I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = f(TX) = (TX/100) / 365 = (6/100)/365 = 0,00016438$, onde:
 - TX = Percentual da taxa anual = 6%.

17. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

17.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado c obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.4. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 13º (décimo terceiro) salário;
- Férias e um terço constitucional de férias;
- Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

- causa; Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.9. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.10. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.11. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.13. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

17.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18. REPACTUAÇÃO

18.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507/2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

18.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- c) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

18.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- c) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

18.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o di à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994):

- $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
 - o R = Valor do reajuste procurado;
 - o V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
 - o I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

- 18.14. A adoção do IPCA deu-se em virtude de para os insumos indicados não haver índice setorial específico, bem como ser o IPCA o mais conservador a ser aplicável.
- 18.15. No presente Termo de Referência, definem-se como insumos não decorrentes da mão de obra em regime de dedicação exclusiva todas as despesas eventuais (deslocamentos, diárias e a Consultoria Especializada) e os softwares dispostos na cláusula 9 deste Termo de Referência.
- 18.16. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer
- 18.17. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.18. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.19. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 18.20. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 18.21. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 18.22. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 18.23. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 18.24. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 18.25. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 18.26. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Os critérios serão estabelecidos no Edital de Licitação, em valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor contratual.
- 19.2. O termo final de validade da garantia da execução contratual deverá, no mínimo, corresponder ao nonagésimo dia após o término da vigência contratual, com fulcro no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017. Deverá também contemplar o período de análise dos últimos relatórios, conforme termo de referência.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:
- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - Comportar-se de modo inidôneo;
 - Cometer fraude fiscal;
 - Não manter a proposta.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
- I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- a) A Advertência será aplicada caso a CONTRATADA atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa a produtividade aferida no mês.
- II - Multa de:
- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
 - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- VI -
A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no inciso IV deste item também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 20.1 deste Termo de Referência.

- 20.3. As sanções previstas nos itens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas indicadas na sequência:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Autorizar a saída de profissional da equipe alocada, durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
6	Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.	5
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

- 20.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:
a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.15. Para efeito da verificação de reincidência, disposta no item 6 considerar-se-á o prazo compreendendo prazo inicial e suas prorrogações.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$22.838.094,60 (vinte e dois milhões e oitocentos e trinta e oito mil e noventa e quatro reais e sessenta centavos), conforme orçamento referencial disposto no Anexo II a este Termo de Referência.
- 21.4. Os postos de trabalhos deverão ser preenchidos por profissionais contratados sob o regime da Convenção Coletiva de Trabalho (CLT), assim, não poderá ser contratado profissional como pessoa jurídica, inclusive o eventual substituto por ausências legais do titular do posto.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

I - **- CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL**

21.7. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- A Licitante deverá apresentar certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação

21.8. Em caso de consórcio de empresas essa documentação deverá ser apresentada individualmente para cada uma das empresas integrantes.

21.9. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

21.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

21.11. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

21.12. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.

21.13. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica-operacional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

21.14. A Licitante deverá apresentar pelo menos (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para cada um dos itens, conforme quadro abaixo.

ITEM	Serviços Executados	Nº mínimo de atestados
Capacidade técnico operacional	Elaboração de estudos (topográficos, hidrológicos, geológicos, traçado) e projetos de engenharia de infraestrutura (geométrico, terraplenagem, drenagem, obras-de-arte especial, superestrutura) ferroviária ou rodoviária, atendendo no mínimo um dos critérios a seguir: <ul style="list-style-type: none"> • Ferroviária – totalizando uma extensão mínima de 100 km; ou • Rodoviária – totalizando uma extensão mínima de 500 km; 	01
	Supervisão, Fiscalização ou Gerenciamento da implantação de empreendimentos de Infraestrutura de Transportes Terrestres atendendo no mínimo um dos critérios a seguir: <ul style="list-style-type: none"> • Ferroviária – totalizando uma extensão mínima de 100 km; ou • Rodoviária – totalizando uma extensão mínima de 500 km; 	01

Nota: (1) Nesta Licitação não há vedação ao somatório de quantitativos.

A diferença da extensão requisitada para os serviços ferroviários e rodoviários deve-se à diferença de dimensão entre estes mercados, e visa proporcionar, dentro da experiência mínima desejada, uma maior competição entre os dois mercados.

21.15. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

21.16. Serão desclassificadas as licitantes que não apresentarem documentos comprobatórios de atendimentos dos critérios mínimos indicados.

II- CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL

21.17. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, da ficha de registro de empregado, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

21.18. O Coordenador Geral habilitado deverá ser obrigatoriamente o profissional que se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada justificativa à CONTRATANTE e, por conseguinte, que poderá aceitar ou não novo profissional mediante a apresentação de atestado técnico compatível com o objeto a ser desenvolvido.

21.19. Deverão constar, obrigatoriamente, do atestado de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados:

- nome do profissional;
- data de início e término dos serviços;
- local de execução; nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA;
- descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber.

21.20. O Coordenador Geral só poderá representar uma única empresa ou consórcio de empresas, sob pena de inabilitação das Licitantes.

21.21. Em caso de consórcio, a comprovação da capacidade técnica-profissional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

21.22. A avaliação do profissional deverá atender a seguinte especificação contida no quadro abaixo.

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO COORDENADOR GERAL	
CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO DE ATESTADO A SER COMPROVADO
Engenheiro com experiência profissional em Serviços de coordenação ou responsabilidade Técnica em Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão de empreendimentos lineares de infraestrutura de transportes terrestres (Rodovia ou Ferrovia), compreendendo: Planejamento, Verificação e Análise dos Serviços das Concessionárias nas Áreas de Projetos, Obras de Ampliação e Melhoramento, Operação, Conservação e na Área Ambiental, Coordenação, Desenvolvimento de Controle de Obras, Procedimentos para a Análise da Documentação Técnica de Projetos e “As Built” ou Análise Econômica.	1 (um)

21.23. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestados, os quais deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos conselhos regionais de classes profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT.

21.24. Para a contagem do tempo de experiência haverá o desconto das sobreposições.

21.25. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do Coordenador Geral, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.

21.26. Ditos atestados e/ou certidões, INDEPENDENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante, período e discriminação dos serviços.

21.27. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência do Coordenador Geral para execução dos serviços.

21.28. Apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica do Coordenador Geral e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

21.29. Os profissionais relacionados às atividades contratadas deverão comprovar sua formação, o tempo de formação exigido e a experiência mínima requerida para função.

21.30. Na qualificação dos profissionais relacionados às atividades contratadas deverão ser apresentados profissionais distintos para cada função solicitada, ou seja, não será permitindo o acúmulo de funções.

21.31. Quando os atestados apresentados forem decorrentes de subcontratação, obrigatoriamente deverão trazer em anexo o atestado do contratante principal.

21.32. Somente será aceito atestado de capacidade técnica em nome do Coordenador Geral, devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva CAT.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes que constam em anexo ao presente Termo de Referência:

- Tabela de Preços de Consultoria do DNIT de Abril de 2021;
- Lei nº 4.950-A/1966;
- Valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, quando houver;
- Pesquisa de preços de mercado.

22.3. Para efeito da formação do orçamento referencial, foi utilizada a CCT DF000562/2021 informada na planilha orçamentária.

22.4. Resultado da pesquisa de mercado para profissionais não abrangidos por pisos salariais.

22.5. Os valores apresentados neste Termo de Referência são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante elaborar a sua proposta de forma a refletir a realidade, obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressaltando-se os reajustes e previsões legais.

22.6. Os serviços objeto desta licitação, são serviços vinculados à engenharia consultiva, o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

22.7. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a CONTRATADA, para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos, conforme a seguir:

- Profissionais da engenharia deverão ter seus salários propostos a partir do piso mínimo da categoria (CCT aplicável ou da Lei nº 4.950-A/1966) e obedecer os percentuais conforme metodologia disposta na [Tabela de Consultoria do DNIT](#);
- Profissionais cujos valores foram obtidos por meio de pesquisa de mercado deverão ter seus salários propostos a partir dos valores estabelecidos como referenciais.

22.8. Deverá ser obedecido no preenchimento dos postos de trabalho de profissionais contratados sob o regime CLT observando as premissas de pisos salariais indicados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	PISO SALARIAL
ENGENHEIRO COORDENADOR	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,7487 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
ENGENHEIRO CIVIL SENIOR	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,4714 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
ENGENHEIRO CIVIL PLENO	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,1132 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
ENGENHEIRO ORÇAMENTISTA PLENO	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,1132 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
ENGENHEIRO PROJETISTA PLENO	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,1132 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
ENGENHEIRO AMBIENTAL JUNIOR	Piso da CCT aplicável ou da Lei nº 4.950- A/1966, conforme o caso
ENGENHEIRO PROJETISTA JUNIOR	Piso da CCT aplicável ou da Lei nº 4.950- A/1966, conforme o caso
ADMINISTRATIVO AUXILIAR	R\$ 5.211,35
ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 8.554,09
BACHAREL EM DIREITO JUNIOR	R\$ 5.061,68
BACHAREL EM DIREITO PLENO	R\$ 5.845,73
CONTADOR PLENO	R\$ 3.793,67
ECONOMISTA JUNIOR	R\$ 4.022,92
ECONOMISTA SENIOR	R\$ 6.203,89

22.9. Para efeito da proposta deverá ser observado o que dispõe na CCT aplicável que abrange a atividade preponderante da futura CONTRATADA, bem como pelo fato de que as atividades serão desenvolvidas presencialmente em Brasília/DF.

22.10. Em acordo com o item 1.5, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada em regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.

23. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

24. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

24.1. O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

25. **ANEXOS**

25.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- I - Anexo I – Estudo Técnico Preliminar da Contratação;
- II - Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico-Financeiro;
- III - Anexo III – Instrumento De Medição De Resultado (IMR);
- IV - Anexo IV – Listagem das Categorias Profissionais que Integrarão a Equipe Técnica;
- V - Anexo V – Modelo de Currículo Sugerido;

ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Monica Marinho do Nascimento Delamare	Siape: 1551898
(assinado eletronicamente)	
Monica Marinho do Nascimento Delamare	
Nome: Mariana Rodrigues Brochado	Siape: 1518432
(assinado eletronicamente)	
Mariana Rodrigues Brochado	

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
Nome: Renan Essucy Gomes Brandão	Siape: 1108055
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.	
(assinado eletronicamente)	
Renan Essucy Gomes Brandão	



Documento assinado eletronicamente por **MÔNICA MARINHO DO NASCIMENTO DELAMARE**, Coordenador(a) Substituto(a), em 18/11/2021, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENAN ESSUCY GOMES BRANDAO**, Superintendente, em 18/11/2021, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA RODRIGUES BROCHADO**, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO, em 18/11/2021, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8820033** e o código CRC **C071AC83**.